Sousa Franco na reunião do PSD:

Obstar a novas formas de tirania com o robustecimento do poder local

Efectuou-se, no Pavilhão dos Congressos do Estoril, uma reunião dos candidatos que compõem as listas do Partido Social-Democrata aos diversos órgãos das autarquias locais do Distrito de Lisboa, com vista a uma troca de impressões acerca da estratégia e táctica eleitoral a adoptar pelo partido. Os trabalhos contaram com a presença de representantes dos 14 concelhos do distrito, sendo a mesa orientada pelo vice-presidente do PPD/PSD, dr. Sousa Franco, que se encontrava ladeado por Helena Roseta, Costa Rebelo, Pinto da Silva e António Capucho.

O dr. Sousa Franco começou por chamar a atenção dos candidatos presentes para o enquadramento político-social em que a campanha irá decorrer. Seguidamente, debruçou-se sobre a realidade actual do Poder Local no nosso País. Assim, segundo ele, "a debilidade dos meios de actuação do Poder Local "vem já desde o tempo das Reformas Pombalinas e resulta de uma tradição centralista da administração pública portuguesa, ainda hoje consagrada no Código Administrativo que nos rege e que data de 1940. Esse carácter centralizador da legislação referente às autarquias locais manifesta-se acentuadamente na forma de repartição dos poderes atribuídos aos órgãos do poder local, a par da constante falta de meios financeiros que possibilitem uma actuação autónoma e descentralizada. A actual legislação coloca, assim, nas mãos do poder central verbas que são depois distribuídas segundo que critérios de oportunidade política do poder central. Este estado de coisas continuou — segundo Sousa Franco — depois do 25 de Abril, apesar de ter havido um desejo generalizado de mudança, e foi apoiado por partidos defensores duma prática burocrática centralisada como o PCP e o MDP/CDE quando à frente de grande número de comissões administrativas de câmaras e juntas de freguesia e agora pelo PS que desde que é Governo nada de importante fez para alterar essa injusta situação.

O dr. Sousa Franco preconiza, pois, para remediar tal estado de coisas, alterações de fundo nas estruturas da administração local, tendo-se mostrado adepto de uma "regionalização das receitas" das autarquias, um dos princípios básicos da social-democracia em relação ao poder local. Segundo ele esta política de descentralização e robustecimento da administração local obstaria à criação de quaisquer novas formas de tirania do poder central.

O vice-presidente do PPD/PSD caracterizou seguidamente a estratégia do partido relativamente às próximas eleições, a qual será "descentralizada" e não "partidarizada", procurando-se o "esclarecimento a nível de moradores", com apresentação de propostas concretas de resolução de problemas locais". Caracterizou depois a campanha dos restantes partidos políticos concorrentes, que — tudo indica — terão uma estratégia eleitoral a nível nacional, quer o PS, por um lado, quer o PCP e o CDS por outro, que utilizarão uma atitude de em face da incapacidade do Governo em solucionar os grandes problemas nacionais, combinando propostas concretas de participação das populações com exploração dos casos de insatisfação. Sublinharia mais adiante, que "o Governo está já em plena campanha", sendo disso sintoma a última reunião do Conselho de Ministros ocorrida no Porto, e as deslocações de membros do Governo e de governadores civis. Seguidamente, usariam da palavra os representantes de cada um dos 14 concelhos, que falaram do modo específico como a campanha se orientará em cada um deles.

Henrique Barrilaro Ruas, membro do Directório do PPM, que integra, como independente, a lista para a assembleia municipal de Cascais, interviu, em nome de outros militantes do seu partido que fazem parte de listas do PSD, para referir que tinha encontrado naquela reunião "o verdadeiro espírito que deve presidir às eleições para as autarquias locais". Manifestou também a sua intenção de defender as tradições locais, como aliás tem sido apanágio do seu partido.

Entretanto, contactado pela ANOP, o dr. Sousa Franco, salientaria que a reunião teve "a intenção de acertar agulhas entre os diversos candidatos locais do partido sobre a campanha que decorrerá num momento especialmente delicado da vida do País". Acerca da ausência do dr. Sá Carneiro, que tinha anunciado a sua presença na reunião, informou que ela ficou a dever-se ao facto de ter havido "diversas alterações nas deslocações dos membros da Comissão Política Nacional do partido".

Por seu turno, o dr. António Capucho, director-geral para a implantação do partido e presidente da comissão política concelhia de Cascais revelou à ANOP que "o partido social-democrata concorre a 95 por cento das freguesias do distrito de Lisboa e a todos os órgãos municipais".

Acerca dos nomes dos candidatos à presidência das Câmaras Municipais do Distrito de Lisboa, Nuno Vilaça de Sousa por Sintra; Jorge Correia da Cunha por Oeiras; Teixeira Bastos por Cascais; Manuel Alves por Alenquer; Raposo Dias por Arruda dos Vinhos; Eduardo Caldeira pela Azambuja; Horácio Santos pelo Cadaval; Júlio Coelho por Loures; Rafael Afoneo por Mafra; Valle Serra por Sobral de Monte Agraço; João Ribeiro por Torres Vedras; e Manuel Marques por Vila Franca de Xira.

À Câmara de Lisboa, além da candidata a presidente Helena Roseta, concorre, ainda, a vice-presidente, o dr. Nandim de Carvalho.

REUNIÃO DOS CANDIDATOS POR CASCAIS

Antes do início da referida reunião, e no mesmo local, efectuou-se um encontro de todos os candidatos às autarquias locais do concelho de Cascais. António Capucho presidente da comissão política referiu o Programa do Governo a apresentar pelo PSD à população do concelho, única proposta concreta com soluções para os principais problemas locais, debrucando-se sobre problemas de infra-estruturas; electrificação; saneamento básico; equipamento; saúde e higiene e limpeza; ensino e cultura (tratando com especial atenção o problema da delinquência juvenil e do tráfego e consumo da droga); Turismo e outras actividades económicas; e Gestão Administrativa, estabelecendo as formas de a que obedecerá o futuro contacto com os eleitores.

O PSD concorre por todas as freguesias de Cascais, incluindo nas suas listas dois elementos independentes filiados no PPM, Henrique Barrilaro Ruas e Manuel Jesus Carvalho. Concorrem 93 candidatos efectivos e 41 suplentes à assembleia municipal e freguesia de Cascais, bem como ao seu município e bem assim à assembleia das freguesias do Estoril, São Domingos de Rana, Alcabideche, Parede e Carcavelos. É candidato a presidente da Câmara Municipal de Cascais, o economista Francisco José Teixeira Bastos, de 53 anos, do Estoril, destacando-se nas listas de candidatos à Assembleia Municipal, Francisco Balsemão, director do semanário "Expresso"

REUNIÕES DE TRABALHO EM VÁRIOS DISTRITOS

Em vários pontos do País houve neste fim de semana reuniões de trabalho com candidatos aos órgãos das autarquias locais orientadas por membros da Comissão Política Nacional do Partido Social-Democrata tendo em vista a campanha eleitoral que se aproxima. Assim, no sábado realizaram-se reuniões em Viseu, Faro, Lisboa, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Santarém, Guarda, Portalegre e Bragança e no domingo em Vila Real, Castelo Branco, Ourique (Beja) e Évora.

Eleições para as autarquias

Processo de escolha dos membros das várias mesas de voto

Acerca dos preparativos das eleições para as autarquias locais, o Ministério da Administração Interna divulgou o seguinte comunicado: "Tem vindo este Ministério, através do Secretariado Técnico dos Assuntos Eleitorais, a chamar atenção para a importância que assume a designação dos delegados das listas às secções de voto, quer porque lhes cabem funções de fiscalização a exercer no acto da votação, propriamente dito, quer ainda pela sua actuação imediata na escolha dos membros das mesas das assembleias de voto.

De facto, são os delegados das listas apresentadas à eleição e que foram indicados aos presidentes das comissões administrativas municipais e administradores de bairro, até ao dia 19 de Novembro, que, em reunião a realizar em cada junta de freguesia, entre os dias 20 e 22 de Novembro, escolherão os membros das várias mesas. (5 por cada uma), indicando os lugares que cada um irá desempenhar (presidente, suplente, secretário e escrutinadores), devendo ainda essa escolha ser imediatamente comunicada à autoridade municipal, através do respectivo presidente da comissão administrativa da freguesia.

No caso de os delegados não chegarem a acordo sobre algum ou alguns dos lugares de membros de mesas, deverão propor ao presidente da comissão administrativa municipal ou ao administrador de bairro, dois eleitores por cada lugar que faltar preencher, procedendo-se, de seguida, a sorteio para suprir aquelas faltas. Se os delegados não propuserem nomes suficientes, então competirá à autoridade municipal respectiva nomear pessoas para os lugares ainda vagos.

Este é, em traços gerais, o processo de escolha dos eleitores que irão dirigir as operações eleitorais, em cada local de voto, no dia 12 de Dezembro.

Convém ainda referir, que na legislação reguladora do presente processo eleitoral se prevê, para os membros das mesas, a dispensa de comparência ao respectivo emprego ou serviço, no dia seguinte ao da eleição.

"Ingerências estrangeiras" em Angola

—*referidas pelo embaixador do Senegal em Lisboa*

"Não se pode dizer que o Senegal diz não a Angola, pois desenvolvemos todos os esforços possíveis, através das acções discretas do presidente Leopold Senghor, para favorecer uma reconciliação entre os três movimentos que se bateram pela libertação de Angola" — afirmou o embaixador do Senegal em Lisboa durante uma conferência de Imprensa que concedeu na capital.

Prosseguindo, o embaixador senegalês, Charles Delgado, disse:

"Infelizmente temos que fazer face à presença de tropas estrangeiras no continente africano: tropas cubanas em Angola, apoiadas pela logística soviética".

Charles Delgado considerou ainda que a presença das tropas cubanas em Angola será contrária à filosofia política seguida pelo Senegal, baseada no diálogo, na reconciliação nacional e no direito internacional.

Depois de recordar o apoio do Senegal ao povo angolano na luta popular pela libertação e em particular ao Movimento de Libertação de Angola (MPLA), o embaixador do Senegal assinalou que a situação em Angola evoluiu na base de "ingerências estrangeiras que nada têm a ver com a unidade africana".

"Nós não temos nenhuns interesses em Angola e se não reconhecemos o actual Governo angolano é por respeitarmos uma questão de moral política e a procura da reconciliação e do diálogo africano" concluiu.

procure o dia

EM LISBOA
NA TABACARIA CAPRI
Av. de Roma, 28

24 horas

Delegação parlamentar regressou dos EUA

Regressou dos Estados Unidos da América, na manhã de ontem, uma delegação parlamentar portuguesa, chefiada pelo dr. Vasco da Gama Fernandes que naquele país participou na Assembleia Parlamentar da NATO.

À chegada ao Aeroporto da Portela, Vasco da Gama Fernandes, em breves declarações à Imprensa afirmou sentir-se "profundamente satisfeito e orgulhoso" pela maneira como foi tratada a delegação e acrescentou que os representantes dos outros países na Assembleia da NATO haviam mostrado bastante interesse na situação económica do nosso País.

Refira-se que a delegação, chefiada pelo presidente da Assembleia da República, não integrava qualquer membro do PCP uma vez que este Partido declinou o convite para se fazer representar conjuntamente com os outros grupos parlamentares.

Hugo dos Santos exorta ao cumprimento do dever

O comandante da Região Militar do Centro, brigadeiro Hugo dos Santos que, no passado sábado, presidiu ao juramento de bandeira dos recrutas do Destacamento Militar de Aveiro, exortou os novos soldados sob o seu comando a cumprirem os seus deveres como cidadãos e militares.

Entretanto, em cerimónias similares noutras unidades da RMC, tem sido lida uma mensagem de Hugo dos Santos, na qual aquele oficial general garante que será apenas com o cumprimento dos deveres de cidadãos e militares pelos novos soldados que "as Forças Armadas portuguesas, parte do povo e ao serviço do povo, se imporão como garante da independência nacional, do regular funcionamento das instituições democráticas e do cumprimento da Constituição".

A CNE contra a colocação indevida de cartazes

A Comissão Nacional das Eleições emitiu um comunicado, no qual reafirma que a colocação de cartazes de propaganda eleitoral é passível de procedimento judicial e assevera que denunciará os possíveis infractores às autoridades competentes. O comunicado da NCE tem o seguinte teor:

— "Tendo chegado ao conhecimento da Comissão Nacional das Eleições que vem sendo afixados, fora dos espaços especiais, destinados para o efeito, cartazes e inscrições de propaganda eleitoral chama-se a atenção dos cidadãos, partidos políticos, coligações ou frentes, que tal conduta constitue infracção criminal, quando se trate de edifícios públicos, templos, monumentos, instalações diplomáticas ou consulares e placas de sinalização de trânsito.

Essas infracções serão denunciadas pela Comissão Nacional das Eleições ou seus delegados aos tribunais competentes.

Informa-se os interessados de que as coligações ou frentes para fins eleitorais terão de ser comunicadas até ao início da campanha eleitoral, à Comissão Nacional das Eleições, em Lisboa, ou aos seus delegados distritais, que se encontram instalados nas sedes dos governos civis dos respectivos distritos".

GDUP's passam a MUP

"Movimento de Unidade Popular" é a partir de ontem, a nova denominação dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, por força do Artigo I do estatuto daquela organização política, aprovado em congresso.

No referido estatuto afirma-se que o MUP "visa a mais ampla unidade de todas as classes e camadas sociais e oprimidas do povo português na luta contra o fascismo, a recuperação capitalista e o imperalismo".

O DIA
ADMINISTRAÇÃO
REDACÇÃO
E PUBLICIDADE
36 42 92 • 36 33 96 • 36 36 4
36 37 17 • 36 37 81 • 36 43 66
PUBLICIDADE (Directo) 36 42 36

Romano
PRONTO A VESTIR
ÚLTIMAS NOVIDADES
Em blusões de cabedal
RUA AUGUSTA, 216 — LISBOA